

A África do Sul e a metamorfose das relações regionais

FERNANDO JORGE CARDOSO*

A África austral tem sido palco nos últimos trinta anos de uma multiplicidade de processos de natureza conflitual. No período anterior a 1974 os principais conflitos eram anti-coloniais, com Moçambique e Angola ainda colónias portuguesas, o Zimbabwe; então Rodésia do Sul, governado por uma minoria branca, a Namíbia ocupada pela África do Sul, e o Botswana, Lesoto e Suazilândia quase completamente dependentes da economia sul-africana. Nestas circunstâncias, a política regional do regime de Pretória era construtiva, no sentido de apoiar os regimes então existentes na generalidade dos países vizinhos com a excepção relativa da Zâmbia e da Tanzânia, países sem fronteira com a África do Sul e cujos governos favoreciam os movimentos de libertação nas então colónias.

Após 1974, com o início da transição para a independência em Moçambique e Angola e a posterior instauração de regimes nacionalistas e de orientação socialista naqueles países, a configuração política e estratégica da região foi profundamente modificada, passando a África do Sul a assumir uma posição beligerante e desestabilizadora para com os seus vizinhos. Esta posição beligerante foi também assumida pelos novos regimes, que adoptaram posturas igualmente hostis e apoiaram abertamente os movimentos de libertação, designadamente a ZANU e a ZAPU na então Rodésia do Sul e o ANC e o PAC na África do Sul.

O desenrolar dos conflitos é conhecido e levou a uma espiral de violência que, no caso de Moçambique e Angola, foi agravada por guerras civis, com os movimentos de oposição aos governos a serem fortemente apoiados pela África do Sul.

Com o fim da guerra fria, os acordos de Nova York para o fim da intervenção estrangeira em Angola, a independência da Namíbia, os acordos de Bicesse para Angola, o processo negocial na África do Sul e os acordos de Roma para Moçambique, a situação regional voltou a sofrer profundas mutações.

* IEEI

No novo contexto, apesar do reacender do conflito angolano e da persistência de focos de violência e desestabilização na África do Sul, as perspectivas de um futuro de paz e cooperação regional retomam lugar preponderante, e a África do Sul passa a ser agora encarada como incentivadora do desenvolvimento e da construção de uma região de paz, prosperidade e cooperação, depois de ter sido apontada como geradora de grande parte da conflitualidade regional.

África Austral: factores económicos e estratégicos

A África Austral é composta por onze países: Angola, Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Moçambique, Zimbabwe, Botswana, Namíbia, Lesoto, Suazilândia e África do Sul. A inclusão da Tanzânia na região tem mais a ver com critérios de ordem política e estratégica que com critérios de ordem económica, havendo aliás analistas que consideram este país como pertencente à África oriental, região com a qual mantém relações económicas mais intensas. Por outro lado e seguindo o mesmo critério de ordem económica, há quem inclua o Zaire na África austral, dadas as tradicionais ligações da zona mineira do Katanga com portos situados em países do sul do continente.

Não obstante estas diferenças de opinião, a generalidade dos analistas e dos organismos internacionais entende por África austral a região que compreende os onze países acima referidos. Dados os vínculos institucionais entre eles estabelecidos a partir do início dos anos oitenta, por vezes referiremos o conjunto dos dez países vizinhos da África do Sul como SADC (Southern African Development Community), organização esta que tomou, a partir de Agosto de 1992, o lugar da anterior SADCC (Southern African Development Coordination Conference), criada em Abril de 1980.

A África do Sul é claramente a potência dominante na região. O seu peso específico relativamente aos membros da SADC – uma produção três vezes superior, cerca do dobro do valor das exportações e importações e um rendimento per capita oito vezes superior à média dos restantes países – é ilustrado no quadro 1.

Medida por indicadores de natureza global, a África austral tem claramente um peso mínimo na economia internacional. Nos últimos anos, a soma do PIB e das exportações dos onze países rondava somente 0,6% e 0,9% dos totais mundiais respectivos. A importância relativa da região, com particular relevo para a economia sul-africana, aumenta consideravelmente quando atentamos nalgumas produções específicas. Com efeito, a África austral é produtora de importantes minerais para fins industriais – caso do manganésio,

vanádio e crómio, por exemplo –, para fins energéticos – caso do urânio – e para o sistema financeiro – caso do ouro, de que a África do Sul é o principal produtor mundial.

Quadro 1

ÁFRICA AUSTRAL, 1990

| | População | PIB | | Exportações | Importações |
|----------------------|-------------------|-------|-------------------|-------------------|-------------|
| | | PIB | per capita | | |
| | | | \$US ^b | | |
| <i>m</i> | \$US ^b | \$US | \$US ^b | \$US ^b | |
| Angola | 10 | 7.7 | 620 | 3 | 1.2 |
| Botswana | 1.3 | 2.7 | 2040 | 1.5 | 0.9 |
| Lesoto | 1.8 | 0.34 | 530 | 0.07 | 0.5 |
| Malawi | 8.5 | 1.66 | 200 | 0.4 | 0.6 |
| Moçambique | 15.7 | 1.32 | 80 | 0.1 | 0.7 |
| Namíbia <i>a</i> | 1.8 | 1.65 | 1173 | 1 | 0.9 |
| Tanzânia | 24.5 | 2.06 | 110 | 0.3 | 0.9 |
| Suazilândia <i>a</i> | 0.8 | 1.66 | 900 | 0.4 | 0.4 |
| Zâmbia | 8.1 | 3.12 | 420 | 1.2 | 0.7 |
| Zimbabwe | 9.8 | 5.32 | 640 | 1.4 | 1.9 |
| Total SADC | 82.3 | 27.52 | 340 | 9.4 | 8.5 |
| África do Sul | 35.9 | 90.72 | 2530 | 16.38 | 17.05 |

m, milhão; *b*, mil milhões; *a*, dados de 1989

Fontes: WB, 1992; AISA, 1992; SARB, 1992; SADCC, 1992

Também do ponto de vista geoestratégico a região tem sido considerada importante em termos internacionais. Até finais dos anos oitenta, nos tempos da guerra fria, as considerações de natureza global eram claramente mais relevantes para os principais actores internacionais que os problemas de natureza interna e regional. Assim, argumentos como os da «defesa da rota do Cabo» ou da «contenção da expansão comunista» foram usados e, de certa forma, explicam apoios – camuflados ou consentidos – que o regime de Pretória sempre pôde encontrar por parte de governos ocidentais, apesar das condenações internacionais ao *apartheid*.

A predominância dos factores de ordem estratégica sobre os de ordem económica diferencia esta região do conjunto da África sub-sahariana. A independência de Angola e de Moçambique em 1975, a guerra de libertação e a independência do Zimbabwe em 1980, a «estratégia total», sul-africana e o seu impacto nos conflitos regionais, a independência da Namíbia em 1990, o abandono das políticas raciais por parte do regime do *apartheid* no início dos anos noventa, os conflitos remanescentes e os actuais e os conturbados

processos de paz e transição democrática colocaram e mantiveram as questões de índole estratégica no centro das relações regionais, desde meados dos anos setenta ao início dos anos noventa.

A desestabilização provocada pela África do Sul e as guerras civis resultaram em centenas de milhares de mortos, no aumento dos níveis de pobreza e subnutrição, na destruição de infraestruturas, redes comerciais, escolas e centros de saúde. Em paralelo com o apoio à luta de libertação no Zimbabwe, a desestabilização sul-africana foi, de facto, a principal responsável pela formação da «linha da frente» e pela unidade política evidenciada desde finais dos anos setenta pelos países vizinhos. Foi, aliás, a partir deste núcleo de seis Estados que saiu a proposta para a constituição da SADCC em 1980 facto este que explica a natureza declaradamente anti-*apartheid* assumida por esta organização desde o seu início.

Para além destas considerações, há a acrescentar que a África austral é, de entre as subregiões que compõem a África sub-sahariana, aquela que apresenta interdependências mais marcadas. Na realidade, a partir da descoberta das minas de diamantes de Kimberley e dos jazigos de ouro do Witwatersrand no terceiro quartel do século XIX, a África do Sul constituiu-se definitivamente em pólo de gravitação do desenvolvimento regional, não só pela grandeza relativa da sua economia, mas também pela importância e natureza das relações com os países vizinhos.

As similitudes do modelo de desenvolvimento e de dominação colonial nos diversos países da região e os fluxos generalizados de trabalho migratório para a África do Sul explicam, em grande medida, o tipo de estrutura económica e as relações de interdependência estabelecidas até finais dos anos trinta do presente século – minas e plantações no «sector moderno», extensão da administração e da rede comercial, cobrança de impostos, trabalho forçado, culturas compulsivas, imigração de colonos.

Centros urbanos baseados em serviços e na exportação, bem como uma rede de estradas, caminhos de ferro e portos abrangendo o conjunto da região foram também desenvolvidos. A maioria dessas infraestruturas e explorações localizaram-se na África do Sul ou ficaram com ela ligadas, resultando numa maior ou menor dependência dos países limítrofes.

Particularmente em oito dos dez países da região, designadamente Namíbia, Lesoto, Botswana, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Moçambique e Malawi, os vínculos de ligação à África do Sul mantêm hoje a sua natureza estrutural, isto é, são parte importante do

funcionamento das suas economias. A situação actual no respeitante aos laços de dependência dos países vizinhos relativamente à África do Sul é caracterizada no quadro 2.

A inexistência de relações económicas de Angola com a África do Sul deve ser entendida em parte como resultado da guerra civil e das hostilidades entre forças de ambos os países, se bem que a economia angolana (a par da tanzaniana) apresente o mais baixo nível de relações intra-regionais, inclusive as de índole comercial. O padrão típico do comércio regional – menor importância dos fluxos intra-SADC e maior peso das relações com a África do Sul – manteve-se inalterado ao longo da década e é ilustrado nos quadros 3 e 4 para meados dos anos oitenta.

A fraqueza das trocas comerciais evidenciada no quadro 3, que tem variado nos últimos trinta anos entre 3,5% e 4,5% do total do comércio externo dos países considerados – o que reforça ainda mais a relevância da África do Sul como potência económica regional – não se alterou com a formação da SADCC em 1980.

Quadro 2
SADC: DEPENDÊNCIA RELATIVAMENTE À ÁFRICA DO SUL

| | Exportações | Importações | Investimento | Energia | Vias férreas, portos | Mão-de-obra |
|-------------|-------------|-------------|--------------|---------|-------------------------|-------------|
| Angola | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| Botswana | + | +++ | ++ | + | +++ | ++ |
| Lesoto | ++ | +++ | +++ | +++ | +++ | +++ |
| Malawi | + | +++ | ++ | + | + | + |
| Moçambique | + | ++ | + | ++ | ++ | ++ |
| Namíbia | ++ | +++ | +++ | + | .. | .. |
| Tanzânia | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| Suazilândia | +++ | +++ | +++ | ++ | ++ | + |
| Zâmbia | .. | ++ | + | .. | + | .. |
| Zimbabue | ++ | ++ | ++ | .. | ++ | .. |

.. irrelevante; + baixa; ++ elevada; +++ muito elevada

Fonte: Cardoso, 1991

Quadro 3
COMÉRCIO INTRA-SADCC, 1984

(% do total)

| | Exportações | Importações | Exportações + Importações |
|-------------|-------------|-------------|---------------------------|
| Angola | .. | .. | .. |
| Botswana | 4.0 | 8.8 | 6.4 |
| Lesoto | .. | .. | .. |
| Malawi | 8.9 | 11.1 | 9.7 |
| Moçambique | 11.7 | 5.1 | 6.7 |
| Namíbia | .. | .. | .. |
| Tanzânia | 1.9 | 0.1 | 1.3 |
| Suazilândia | 1.5 | .. | 0.8 |
| Zâmbia | 4.1 | 7.4 | 5.7 |
| Zimbabwe | 11.3 | 7.0 | 9.4 |

.. irrelevante

Fonte: Cardoso, 1991

Quadro 4
COMÉRCIO SADCC/ ÁFRICA DO SUL, 1984

(% do total)

| | Exportações | Importações | Exportações + Importações |
|---------------------|-------------|-------------|---------------------------|
| SADCC/África do Sul | 7.2 | 29.7 | 18.5 |
| África do Sul/SADCC | 9.6 | 2.8 | 6.5 |

Fonte: Cardoso, 1991

Parte da explicação deste facto reside no próprio processo de desenvolvimento durante o regime colonial, que gerou a hipertrofia relativa dos sectores mineiros e agrícolas de exportação e a natureza residual da indústria transformadora – confinada principalmente ao abastecimento dos mercados internos. O fraco nível de trocas intra-regionais resultou ainda de políticas e práticas de gestão desajustadas e ineficazes por parte das novas autoridades

no pós-independência, as quais estabeleceram, regra geral, medidas proteccionistas e desincentivadoras do investimento privado, incluindo o estrangeiro. Contudo, convém lembrar que a desestabilização e as guerras civis contribuíram também para o não crescimento dos fluxos comerciais – por exemplo, a rápida deterioração das economias de Angola e Moçambique, que eram, depois da África do Sul, as mais fortes da região no período anterior a 1975, criou estrangulamentos ao incremento das relações intra-regionais, particularmente pelas destruições e constante insegurança nos corredores ferroviários de ligação aos países do *hinterland*.

África austral: factores internos e regionais

O fim da guerra fria e os recentes acontecimentos regionais levaram a uma «internalização» dos conflitos na zona, com os factores globais a perderem parte da importância que até então tinham assumido.

Neste contexto, o estudo e a gestão da interacção entre factores internos e processos regionais toma-se, porventura, numa das mais importantes questões para a construção de uma zona de paz, cooperação e integração na África austral. Na maioria dos países, a criação ou maturação do mercado interno encontra-se ainda numa fase incipiente, e o mesmo acontece com a estratificação social e a consolidação do próprio Estado. Para além de encorajar atitudes proteccionistas, este padrão constitui também terreno favorável para a intervenção das forças armadas na vida política, perante a ausência de instituições democráticas e a fraca organização ou representatividade dos outros actores sociais. Esta intrusão na esfera política, apesar de usualmente justificada pela necessidade de reforço da unidade nacional ou de defesa da integridade territorial, encobre, real ou potencialmente, perigos de tentações totalitárias ou de instrumentalização dos militares para a obtenção de privilégios económicos e poder político aspectos estes prodigamente exemplificados pela história recente de vários países africanos.

A integração regional confronta-se, pois, com realidades nacionais – de ordem económica, institucional e estratégica – as quais podem, eventualmente, actuar contrariamente ao regionalismo. Os aspectos económicos e institucionais do desenvolvimento contribuem para uma concentração das prioridades nacionais em problemas de natureza interna: capital e mercadorias estrangeiras tendem a ser encarados como concorrentes a evitar ou a controlar por parte de burguesias nascentes – embora o mesmo não se passe necessariamente com as burocracias estatais. Por outro lado, o reforço do poder e do papel

político das forças armadas de um país tende a ser visto, pelos Estados vizinhos, como ameaça à sua estabilidade ou mesmo à sua integridade territorial.

Este último aspecto tem uma importância preponderante na África austral. O conflito angolano e a persistência de acções desestabilizadoras provenientes de território sul-africano, apesar do desmantelamento do *apartheid* e dos avanços do respectivo processo de transição, continuam a colocar os factores de ordem estratégica na ordem do dia.

A supremacia militar sul-africana no contexto da região é evidente. A África do Sul tem uma superioridade bélica nos casos da artilharia, veículos blindados, de transporte e apoio, sendo somente ultrapassada por Angola no respeitante ao número de helicópteros e à qualidade de parte dos aviões de combate – se bem que o reacender da guerra em Angola, a partir dos finais de 1992, tenha alterado significativamente os dados relativos a efectivos e equipamentos, quer pelo número de combatentes no terreno, quer por destruições operadas por actos militares, quer pela aquisição e fornecimento de novo material bélico ao governo e à Unita.

A leitura dos dados do quadro 5 deve ser aferida por outro tipo de factores não quantificáveis, nomeadamente os que se ligam à eficácia militar e à natureza dos regimes políticos. De facto, nem a dimensão e qualidade do equipamento nem a quantidade de efectivos são suficientes para dar uma imagem da real eficácia dos exércitos em confronto, a qual depende, em grande medida, de outras questões de ordem logística e organizativa, da qualidade das chefias e do moral combativo das tropas. Do mesmo modo, como a história recente de conflitos em várias áreas do globo tem vindo a demonstrar – casos do Iraque e da Jugoslávia, por exemplo –, a ameaça militar é proporcional à natureza não democrática dos respectivos regimes políticos. Em todo o caso, as ordens de grandeza reflectidas no quadro 5 permitem supor que, mesmo após a democratização da África do Sul, a dimensão e o poderio das suas forças armadas continuarão a ser fonte de preocupação para os países vizinhos, factor este que aponta para uma provável redução do poderio bélico sul-africano num quadro de segurança e cooperação regional.

Para além dos aspectos de natureza conflitual e estratégica, a existência de mercados nacionais reduzidos, pouco articulados e com fraco poder de compra, leva-nos a questionar em que medida factores internos, nomeadamente as políticas governamentais, podem dificultar ou facilitar a integração regional. Uma resposta a esta questão dependerá, seguramente, das metodologias, objectivos e resultados das acções de relacionamento empreendidas e a empreender pelos vários Estados da região. Acções como a

modernização e o desenvolvimento de infraestruturas que sirvam mais que um país, a promoção de *joint-ventures* com parceiros regionais, a concertação macro-económica entre os vários governos contribuirão para o reforço do relacionamento regional.

Quadro 5
FORÇAS ARMADAS NA ÁFRICA AUSTRAL

| | TFA | Carros | Aviões | Helicópteros |
|------------------------|---------|--------|--------|--------------|
| | (1) | (2) | (3) | (4) |
| SADC | 323 350 | 1924 | 571 | 343 |
| Angola a) | 127 500 | 740 | 235 | 251 |
| Angola/SADC (%) | 39.4 | 38.5 | 41.2 | 73.2 |
| África do Sul | 72 400 | 4850 | 494 | 37 |
| África do Sul/SADC (%) | 18.3 | 71.6 | 46.4 | 9.7 |

(1) efectivos totais das forças armadas; (2) carros de combate, transporte e apoio;

(3) aviões de combate, transporte, reconhecimento e treino; (4) helicópteros de ataque e apoio;

a) a dimensão das forças armadas angolanas deveria ser reduzida para 50 mil homens, incluindo efectivos da Unita e do governo, nos termos dos acordos de paz de Bicesse de 1991.

Fonte: agrupamento da responsabilidade do autor, com base em dados de IISS, 1992.

No decorrer dos anos oitenta, a então SADCC ajudou a construir e desenvolver novas formas de cooperação regional na zona e atraiu consideráveis montantes de ajuda internacional. As suas estruturas descentralizadas, a análise pragmática projecto a projecto, a reduzida dimensão dos conflitos comerciais entre membros, bem como um considerável sucesso na execução dos projectos – reabilitação de portos e caminhos de ferro, edificação de uma rede de comunicações via satélite, construção e ligação de redes de produção e transporte de energia, programas de segurança alimentar, estabelecimento de ligações aéreas entre as várias capitais – contribuíram para o reconhecimento por parte de doadores e organizações multilaterais. Passado algum do cepticismo com que foi encarada inicialmente, a SADCC foi apontada, no decorrer da reunião anual com doadores em 1989, como a mais bem sucedida organização regional africana.

Uma coordenação política e de projectos do tipo da que foi empreendida pela SADCC, completada com medidas para o fomento do comércio na zona, a harmonização de

procedimentos administrativos, normas legais e códigos de investimento, a par da definição de uma agenda coordenada para a implementação dos diversos programas de ajustamento estrutural, poderia constituir uma boa base para o prosseguimento do processo de integração regional e, o que é fundamental, para que governos, instituições e população de cada um dos países se tornem suporte e não resistência ao processo de cooperação e integração regional.

Para tanto, a agenda para a criação de zonas de comércio livre ou de uniões aduaneiras deveria ser cuidadosamente revista, de forma a prevenir conflitos e a encorajar visões que ultrapassem as meras questões de natureza comercial – ou seja, o comércio não deveria ser considerado (pelo menos por enquanto) como o principal motor da integração regional.

África do Sul: um novo velho parceiro?

No final da década de oitenta e em resultado das mudanças internacionais e regionais, a SADCC começou a ser pressionada para evoluir no sentido de modelos mais tradicionais de integração regional. Esta persuasão, parcialmente explicada pelo desmantelamento do *apartheid* e pelo desenvolvimento de negociações na África do Sul, resultou também do crescente apoio dos doadores ao projecto PTA (zona de comércio preferencial da África oriental e austral, englobando 19 países, incluindo os da actual SADC com a excepção do Botswana e, por enquanto, da Namíbia), o qual, apesar da designação que tomou, tem por objectivo expresso a integração regional e não a mera coordenação de acções, projectos e políticas. Além do mais e dado a maioria dos membros da SADC pertencer também à PTA, a ideia é facilitar a fusão das duas organizações, evitando desta maneira a duplicação de estruturas e projectos e, conseqüentemente, gerando poupanças financeiras.

De entre os possíveis cenários – fusão com a PTA ou criação de uma nova organização – os países membros da SADCC decidiram-se pela última opção, dando esta assim origem à SADC em Agosto de 1992. Contudo, a nova organização continua a ter que enfrentar importantes desafios, não só porque o seu relacionamento com a PTA está ainda por definir – a Zâmbia, por exemplo, defende que a SADC é uma organização de natureza sub-regional dentro do espaço da PTA, cuja sede é em Lusaka –, mas também porque um novo parceiro se avizinha: a África do Sul.

A partir dos anos noventa, o debate sobre o futuro papel regional de uma nova África do Sul tem-se acentuado. «Será a África do Sul a entrar para a SADC ou esta a entrar para a África do Sul?» Esta interrogação, muitas vezes repetida, resume duas abordagens: uma,

bastante escutada em Harare, acentua o excessivo peso que a África do Sul teria dentro da organização e defende um acordo de associação, com o objectivo de prevenir uma dominação institucional da SADC por parte daquele parceiro (e concorrente); outra, preferida pela maioria dos países membros e pelo próprio secretariado executivo da organização, sustenta que uma África do Sul poderosa será necessariamente mais bem «digerida» dentro que fora da SADC (um argumento similar aos que sempre defenderam a permanência da Alemanha no seio da Comunidade Europeia).

Na África do Sul, o debate sobre o seu futuro papel regional tem igualmente evoluído de forma assaz interessante. Antes do mais, será seguramente difícil encontrar, em círculos próximos do actual governo ou dos meios empresariais, qualquer entusiasta de uma rápida entrada para a PTA ou para a SADC. A PTA é vista como uma organização não gerível, dada a dispersão geográfica dos seus membros (do nordeste ao sudoeste de África), a falta de ligações infraestruturais (estradas, caminhos de ferro, redes de energia, comunicações) e a insignificante percentagem de comércio intra-grupo (menos de 6% do total), particularmente entre as suas subregiões austral e oriental. A SADC é igualmente pouco popular naqueles círculos, os quais não parecem preparados para aceitar a «factura» da entrada em qualquer organização regional que pretenda evoluir quer para união aduaneira quer para outra forma que envolva transferências de rendimentos dos países mais ricos para os países mais pobres. Esta posição é, na realidade, clarificada pelas actuais discussões governamentais sobre a SACU (Southern African Customs Union – uma velha união aduaneira agrupando a África do Sul, a Namíbia, o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia), com os negociadores sul-africanos a defender a revisão do tratado de 1969 no sentido da diminuição do peso financeiro da união aduaneira para o orçamento sul-africano (as transferências para o biénio 1992/93, sob a modalidade de pagamentos compensatórios, atingiram cerca de 900 milhões de rand).

No interior do ANC, as posições são mais pró-regionalistas, com declarações formais de intenção a apontarem para uma futura cooperação e entrada nos organismos regionais. Contudo, os problemas políticos, económicos e sociais da transição para uma nova África do Sul, o esperável peso financeiro de acções para aliviar desigualdades distributivas, uma taxa de desemprego que ultrapassa já os 40% – para não falar da pressão exercida pelas expectativas populares de uma rápida subida do nível de vida – dão origem a um cenário claramente desincentivador de um grande empenhamento regional de qualquer futuro governo sul-africano, nomeadamente quando envolva obrigações de ordem financeira.

No entanto, a África do Sul só muito dificilmente poderá evitar desempenhar um papel preponderante ao nível regional, não só por evidentes responsabilidades históricas – mesmo que essas responsabilidades não possam ser imputáveis aos novos governantes –, mas também porque aquele país possui interesses e relações económicas de índole estrutural. No caso do comércio externo, a região importa cerca de 20% das exportações da indústria transformadora sul-africana e este comércio tem uma importância evidente para alguns ramos específicos – maquinaria e equipamento de transporte, produtos químicos, ferro e aço, alimentos e bebidas, tecidos e vestuário, automóveis e peças, óleos e gordura animal. As ligações regionais no caso dos portos e caminhos de ferro são também importantes – por exemplo, o porto de Maputo continua a constituir a alternativa mais económica para a zona mais rica da África do Sul, o Transvaal. As necessidades crescentes de energia terão que ser, claramente, satisfeitas noutros países da região, os quais possuem um enorme potencial hidro-energético, parte do qual se encontra já instalado e não aproveitado – a interligação das várias redes de produção e transporte de energia é, por isso, de interesse crucial para a África do Sul. O mesmo raciocínio é aplicável às necessidades em água, mormente para consumo industrial e agrícola e, neste sentido, o projecto Highlands Valley, no Lesoto, constitui uma das acções vitais para assegurar um abastecimento regular. Estas e outras questões de índole económica – por exemplo, o capital privado sul-africano está presente em vários países da região – conjuntamente com um futuro regime democrático actuam no sentido do aprofundamento e da ampliação dos laços de cooperação regional.

Neste cenário, é de esperar a entrada da África do Sul para uma organização regional, nova ou já existente, se bem que as atitudes mais prováveis neste sentido, quer por parte de um futuro governo, quer por parte do sector privado, venham a revelar um forte cunho comercial e uma minimização de responsabilidades financeiras.

A nova África do Sul, apesar das dificuldades decorrentes do fim do *apartheid* e da transição para a democracia, muito provavelmente virá, mais tarde ou mais cedo, a ocupar o lugar preponderante que lhe cabe como promotor do desenvolvimento regional. Metaforicamente, o antigo monstro desestabilizador, cada vez mais cortejado pelos seus vizinhos, acabará por protagonizar o parto seguramente doloroso, prolongado e conflitual da futura bela da região. Este foi, aliás, o ponto de vista mais geralmente defendido nas comunicações e debates da X Conferência Internacional de Lisboa do IEEI.

Bibliografia

AISA (1992): *Africa at a Glance*, Africa Institute of South Africa, Pretoria.

ANC (1992): *Negotiations: A Strategic Perspective*, ANC, Johannesburg.

BARRATT, John (1992): 'Transition in South Africa: the Global Context and the International Role', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992. (Vide pp. 133-146 no presente volume).

CARDOSO, Fernando Jorge (1991): «SADCC e Interdependência Económica: Realidades e Perspectivas», in *África Austral: o Desafio do Futuro*, IEEI, Lisboa.

HAYWOOD, Ron (1992): 'The Problems and challenges of the reintegration of South Africa in the world economy', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992.

IISS (1992): *The Military Balance*, Brassey's, London.

LEISTNER, Erich (1992): *South Africa's Options for Future Relations with Southern Africa and the European Community*, SACOB, Johannesburg.

LOUW, Raymond (1992): 'The new South African approach to regional integration', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992.

NIEUWKERK, Anthoni van (1992): 'Transitional politics in South Africa: from confrontation to democracy', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992. (Vide pp. 147-172 no presente volume.)

NORTJÉ, Solly (1992): 'Southern Africa towards closer economic cooperation: what type of partner will South Africa be?', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992.

PRICE, Robert (1992): 'South Africa: the political economy of growth and democracy', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992. (Vide pp. 173-188 no presente volume.)

SADC (1992): *Towards the Southern African Development Community*, SADC, Gaborone.

SADCC (1991): *SADCC: Towards Economic Integration*, SADCC, Gaborone.

SARB (1992): *Quarterly Bulletin*, March 1992, South Africa Reserve Bank, Pretoria.

STEVENS, Christopher (1992): 'Southern African integration: the impact of EC policies', comunicação apresentada à X Conferência Internacional de Lisboa, IEEI, Novembro de 1992. (Vide pp. 189-208 no presente volume.)

WB (1992): *Development and the Environment*, World Development Report 1992, The World Bank, Washington DC.